

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Porto do Campo: vivências, memórias e construção da(s) identidade(s) em uma comunidade negra rural*

Ana Elizabeth Costa Gomes**

Resumo: O presente trabalho tenta compreender movimentos, em torno da construção da (s) identidade(s) e conquista dos direitos de cidadania, em uma comunidade negra rural. Ao refletir sobre identidade(s) em Porto do Campo e analisar vivências desse grupo social, verifica-se que as memórias que dão sentido à sua história e cotidianidade estão alicerçadas, sobretudo, nas tradições que passam de geração em geração, ambas relacionando-se e sedimentando-se em um campo vivencial multifacetado no qual identidades são construídas.

Palavras chave: cultura, memória, identidade

Abstract: This work tries to understand movements, about the construction their identity (ies) and conquest of the rights of citizenship, in a rural black community. Throughout the reflection about identity (ies) in Porto do Campo and the analysis about the experiences of this social group, verifies that the memories that give meaning to their histories and daily experiences are based, especially, over the traditions that passes from generation to generation, both related and based in a myriad experienced scope in which the identities are built.

Keywords: culture, memory, identity

O debate contemporâneo nas ciências humanas e sociais sobre as experiências dos descendentes de africanos nas Américas, especialmente no Brasil, tem sido largamente operado em torno de conceitos como identidade étnica, diáspora africana, comunidade quilombola e cultura negra. Por sua vez, estes conceitos estão em circulação e revelam não apenas um “modismo”, visto que têm ampliado consideravelmente o número de pesquisas nessa área, inclusive ultrapassa o âmbito acadêmico. Faz parte da agenda política nacional e das discussões realizadas pelos próprios grupos estudados, em um quadro de reivindicação de cidadania e pela busca da igualdade social e racial¹.

¹*Neste *papper* apresentamos algumas idéias, hipóteses e observações referentes à nossa pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA.

** Licenciada em História pela UNEB. Especialista em História pela UEFS. Mestranda CEAO/UFBA. Dentre essas reivindicações e conquistas, há o sistema de cotas para negros nas universidades públicas, também se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial, este por sua vez tem gerado uma grande celeuma no meio social e também acadêmico, visto que há

Esse debate tem levado a elaboração de críticas a perspectivas historicistas que dominaram as produções acadêmicas nas quais a história da colonização da América era vista sob uma ótica eurocêntrica. M'Bow, por exemplo, salienta que “durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de africanismos.” (M'BOWN, 1982:13)

Observa-se, hoje, nitidamente uma nova visão acerca das populações negras no Brasil, um dos aspectos de maior relevância diz respeito justamente a questão das identidades (re)elaboradas pelos africanos e seus descendentes e as lutas da sociedade brasileira pela construção e conquista dos direitos de cidadania. Alguns desses estudos buscam discutir acerca das novas identidades ² que surgem e indicam uma percepção de orientação mais multicultural a respeito dos países latino-americanos.³ Até mesmo em países com forte predominância européia e indígena, percebe-se uma crescente valorização e conscientização em torno das “heranças africanas”. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como proposta de investigação compreender movimentos, conflitos e negociações em torno da identidade étnica em uma “comunidade negra rural”, localizada na Baía de Camamu, denominada de Porto do Campo. Algumas questões levantadas na pesquisa são as seguintes: Como pensar comunidade, na contemporaneidade, dentro de um contexto de contatos e trocas? Como os membros dessa comunidade operam a etnicidade na construção da identidade e como se vêem e são vistos pelo seu entorno? Quais as relações que são estabelecidas entre seu passado e presente? Que estratégias de sobrevivência eles conseguem articular frente às adversidades encontradas? Quais as práticas culturais, econômicas e religiosas que se fazem presentes no universo dessa comunidade? Como é pensada hodiernamente a origem dessa comunidade? Porto do Campo apresenta histórias, cotidiano, tradições, costumes, religiosidade, trabalho, família e relações sócio-culturais que o identifica como uma comunidade.⁴ Ao procurar responder essas questões e perceber as identidades construídas nessa comunidade, a presente análise centra-se, sobretudo, nas condições e processos históricos, culturais e sócio-

divergências quanto ao seu conteúdo.

² Ver SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. Ver também HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

³ Há um significativo aumento de pesquisas acadêmicas na América Latina sobre a história e o papel dos negros na construção dos seus respectivos países. Mintz e Price observam que as discussões sobre a origem e o crescimento das sociedades afro-americanas no Novo Mundo envolve um modelo implícito ou explícito dos modos como ocorreram esse encontro entre os africanos e europeus e as consequências desses encontros. Ver MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro Americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

⁴ Utilizo o termo comunidade em consonância com a autodefinição dos moradores. Assim, utilizo alguns critérios discutidos por BAUMAN (2003) COHEN (1985) para definir comunidade.

econômicos na formação dessas identidades.

Embora muito se tenha escrito sobre a história do negro no Brasil, as transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, exigem algumas reflexões sobre as diversas formas de organização dos povoados negros, principalmente na área rural. Almeida chama atenção que “as teorias do pluralismo jurídico, para os quais o direito produzido pelo Estado não é o único, ganharam força com a Constituição de 1988. Juntamente com elas e com as críticas ao positivismo, que historicamente as chamadas “minorias” dentro da noção de “povo”, também foi contemplado à diferença, enunciando o reconhecimento dos direitos étnicos”. (ALMEIDA, 2006: 26)

Pretende-se notar como as práticas, os discursos, as representações e as experiências dessa comunidade conectam-se a trânsitos de idéias regionais, nacionais e globais.⁵ Assim, ao discutir a experiência da comunidade de Porto do Campo, pode-se perceber que, de certo modo, se conecta às experiências de outros grupos sociais espalhados pela América Latina, sobretudo no Brasil, frequentemente marcadas pela exclusão social e pelo racismo.⁶ Através dos depoimentos, buscar-se-á correlacionar os significados e os conceitos de comunidade, etnicidade,⁷ identidade e cultura procurando avançar na compreensão do mundo que os moradores criaram para si, na intercessão de diversas práticas e vivências históricas.

Para muitos estudiosos, com o avanço da modernidade, ou seja, com a globalização, as “fronteiras étnicas” tenderiam a desaparecer, o que efetivamente não aconteceu, muito pelo contrário, a etnicidade continua forte, inclusive o significado de identidade toma um sentido de “pertencimento”. Nessa direção Bauman sinaliza que

[...] tanto o pertencimento quanto e a identidade não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso_ são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa”. (BAUMAN, 2005:17-18)

Cunha observa que a etnicidade tornou-se a hidra do século XX, e recorda que

⁵ Ver SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2003.

⁶ Ver SCOTT Parry e ZARUR, George (Orgs.) **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

⁷ Ver BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**, In: Poutignat, Philippe & Streiff-Fenart, J. Teorias da Etnicidade, São Paulo, Editora UNESP, 1997.

Max Weber havia escrito muito tempo atrás que as comunidades étnicas podiam ser formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços, em suma, que eram formas de organização políticas. (CUNHA, 1979: 98-101)

Oliveira chama atenção para o fato que a questão da identidade e de seu reconhecimento tem sido alvo de um reexame nos últimos anos e que não pode ser ignorada pelo antropólogo interessado em explorar seus respectivos reflexos na investigação de caráter empírico. Salienta o autor que

[...] a noção de etnia sempre foi aplicada aos estudos relativos às populações indígenas, a noção de raça era considerada adequada aos estudos sobre afro-descendentes, particularmente no âmbito da sociologia das “relações raciais” a raça não aparecia nessa tradição como uma entidade biológica, senão como uma representação manipulada pelos agentes sociais ou como um conjunto utilizado pelos sociólogos. (OLIVEIRA, 2006: 19-21)

Assim, ao analisar o processo pelo qual um conjunto de pessoas que residem nessa comunidade, vivendo em condições locais de visível exclusão social, pode ser percebido como um grupo distinto, cujo reconhecimento se traduz por uma dada atribuição que pode ser denominado de “etnogênese.”⁸ A presente pesquisa situa-se, assim, na perspectiva da etnohistória, levando em consideração que “o desenvolvimento da ciência etnográfica não pode, em última análise, ser compreendido em separado de um debate político epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade”. (CLIFFORD, 1998:19) Como salienta Geertz :

[...] praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário [...] mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa. (GEERTZ, 1989: 15-20)

Deste modo, ao descortinar a história de Porto do Campo, procuro seguir a perspectiva de Hampatê-Bá quando diz que o historiador deve iniciar-se primeiramente nos modos de pensar da sociedade oral, antes de interpretar suas tradições.⁹

⁸ De acordo com Hill o termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. Entretanto, mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação. Apud: BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político.** Mana. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 14 Nov 2006.

⁹ Ver HAMPATÊ BÂ, A. **A Tradição Viva. In: História Geral da África. V. 1.** São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

Um breve “retrato” de Porto do Campo ¹⁰

Porto do Campo localiza-se no município de Camamu¹¹ que está localizado a 335 Km de Salvador e integra a baía homônima, sendo esta a terceira maior baía do país e a segunda do Estado da Bahia. Chegar em Porto do Campo só é possível por via marítima, pois se situa em uma ilha. Sua dimensão territorial é de aproximadamente 200 ha.¹² Sua população é composta aproximadamente por cerca de trezentos habitantes.

É principalmente no mangue e rio que se concretizam as relações de trabalho e de sobrevivência dessa população. A economia local é de subsistência e consiste principalmente na pesca, mariscagem e na produção do azeite de dendê de “roldão”. A utilização dos recursos naturais é feita, sobretudo de forma tradicional. Os moradores utilizam formas ancestrais de “bater o dendê” - expressão que é utilizada para se referir ao processo de fazer o azeite - que é vendido em Camamu. As propriedades não possuem cercas, o limite entre as terras de cada morador ocorre de uma forma atípica, ou seja, a divisa das terras é sempre calculada de um determinado ponto de referência que pode ser de uma árvore a outra.

Price nota que em diversos estados brasileiros existe uma série de povoados negros espalhados pela zona rural. Neles, freqüentemente o uso da terra é comunal e tem em comum, além de sua “negritude”, a resistência de longas décadas em um território que exploram (geralmente pela caça, pesca e agricultura de subsistência) sem subdivisões e sem escritura oficial. (PRICE, 2000: 249)

A maioria dos moradores em Porto do Campo não possui o título de propriedade da terra. Elas são passadas “de pai para filho”, na expressão de Sr. Aderaldo

*[...] aqui as terras têm um bucado de dono, cada um tem, até meu pai, do pai dele que deixou pra meu pai, meu pai já deixou pra gente. Tem uns que vende. Pai faleceu, pra quê? Deixa pra lá... não sei fazer... vou vender. Mas a gente tá aí eu mesmo digo, somos dez irmãos na hora que um abrir a boca pra vender eu digo: não- não dou minha assinatura. Deixa aí, se eu tenho minha casa, aí vou vender e vou pra onde? Tem os pé de manga aí, as bananas eu corto, colho banana, manga, dendê. Aí vende e pronto, fico sem **liberdade**, fico só assim, isso era nosso né. Era né. [...] eu mesmo não vendo, não dou minha assinatura.¹³*

¹⁰ O presente ensaio etnográfico refere-se a um dos capítulos da dissertação que encontra-se em construção.

¹¹ Camamu é um termo de origem indígena, que “na língua brasílica quer dizer *água do peito da mulher*, pela semelhança dos esguichos de leite, que reunidos no bico do peito se difundem para diversas partes”. VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

¹² Esses dados foram fornecidos por um dos moradores de Porto do Campo.

¹³ Entrevista realizada com senhor Aderaldo no dia 19/02/2006.

Nota-se na fala de Sr Aderaldo uma certa toponímia¹⁴. Para ele a terra tem um valor que não é meramente capitalista, o valor ultrapassa essa fronteira, consistindo em um patrimônio cultural.¹⁵

Porto do Campo possui características que podem identificá-lo como “comunidade tradicional”, “comunidade negra rural”, ou mesmo “comunidade quilombola”¹⁶. Embora, até o presente momento, os moradores de Porto do Campo não se retratem como quilombolas, há alguns discursos acerca da questão por parte de agentes externos a essa comunidade. Alguns aspectos apontados nas recentes pesquisas etnográficas, que caracterizam essas comunidades, são perceptíveis em Porto do Campo. Dentre eles, destaca-se o uso da terra, que consiste em uma forma que não obedece aos padrões correntes, utilizando-a de uma forma em que se tenta manter o meio ambiente equilibrado. Essas comunidades negras não são grupos que se isolam, e a maioria possui laços de parentesco. Por fim, suas histórias são amiúde reconstruídas a partir da oralidade. (SILVA, 2000: 271-272)

Existe em Porto do Campo uma gama de atitudes e valores que, através de processos de ressignificação, subsistem ao tempo e que foram e são transmitidos através da oralidade. Entre os moradores, “bater o dendê”, por exemplo, significa colher e preparar o azeite. Ao se referirem a esta atividade e a muitas outras, eles costumam salientar que “meu pai me ensinou... meu pai aprendeu com meu avô”.

Ao visitar o lugar, nota-se que a comunidade preserva atitudes e valores dos seus antepassados. As vivências dos indivíduos, famílias e grupos são marcadas por um passado comum, em que o presente se constitui como um desafio, visto que seu cotidiano é marcado por dificuldades, mas também por costumes,¹⁷ tradições,¹⁸ festas e religiosidades e os laços familiares consistem em um dos fortes traços da comunidade, uma vez que o parentesco representa um dos aspectos mais marcantes entre os moradores da localidade.

¹⁴ Procuo inspiração ao usar esse termo no estudo do geógrafo TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

¹⁵ Para um maior aprofundamento ver: RIBEIRO, Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável** In: Revista Brasileira de História. Vol. 26, nº 51. São Paulo. 2006. pp.251-261.

¹⁶ Uma das questões que discuto na dissertação é justamente como utilizar um desses conceitos para retratar Porto do Campo, visto que um dos maiores desafios para um etnógrafo seria justamente definir um estatuto para esta comunidade. Ao utilizar um desses conceitos levarei em consideração, sobretudo, o que observo em Porto do Campo procurando relacionar com os estudos que tratam acerca da temática ALMEIDA (2006), LEITE (2000), PRICE (2000), SILVA (2000) FUNES (1998) ARRUTI (1997)

¹⁷ Ver THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** São Paulo : Cia das Letras, 1998, p18.

¹⁸ Ver HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. In: RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Suas histórias estão alicerçadas, sobretudo nas memórias.¹⁹ Ao retratar a história dos mocambos existentes no baixo Amazonas, Funes mostra que

[...] a memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico. Nas comunidades remanescentes de mocambos está mais viva entre os velhos, netos e bisnetos de mocambeiros, guardiões das histórias que seus antepassados lhes contavam. É a eles que se recorre, para ampliar os horizontes da pesquisa sobre essas organizações sociais. (FUNES, 1996:468)

É possível perceber que existe na memória de alguns moradores de Porto do Campo um conhecimento sobre as práticas escravistas existentes. A narrativa abaixo revela a hipótese acerca da memória do cativo

[...] minha vó contava uma história que a vó dela contava; um dia a vó dela tava trabalhando no engenho, mexendo o açúcar uma criança começou a chorar, aí o capataz pegou a criança e jogou na fornalha, ninguém pode fazer nada. Todo mundo viu a criança ser queimada, e ninguém pode fazer nada. Ela contava isso chorando, com muita dor no coração. Eu era menina e me lembro disso.²⁰

Muito embora, esse depoimento aponte para essa questão, os moradores mais antigos, até o momento, não se reportaram a essa questão em suas entrevistas. Para Mattos

[...] a ausência da memória genealógica da escravidão na maioria das famílias negras brasileiras e os silêncios voluntários, relatados por muitos daqueles que se referiram diretamente a um antepassado escravo, possuem um significado óbvio que não pode ser negligenciado_evidenciam as dificuldades de construir uma identidade socialmente positiva com base na vivência da escravidão.” (MATTOS, 2005. p 55)

Não se pode desconsiderar que, se, de um lado, é fundamental considerar que os processos identitários são mutáveis, de outro, não se pode esquecer que suas transformações se dão dentro de teias e relações sociais, históricas, políticas e culturais específicas. Como afirma Appiah, “toda identidade humana é construída e histórica” (APPIAH, 1997:243) Nesse sentido, a “identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato [...] surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros”. (HALL, 2005: 39).

¹⁹ Para estabelecer esse diálogo, utilizo os pressupostos teóricos que discutem acerca da memória, dentre eles: NORA (1993) HALBWACHS (1990).

²⁰ Depoimento de Lia 46 anos (professora do Ensino Fundamental de Porto do Campo) dia 23 de março de 2005.

Referências bibliográfias

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babuçais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus:PPGSA-UFAM, 2006.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas.** Mana., Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em: 04 Feb 2007.
- BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras,** In: Poutignat, Philippe & Streiff-Fenart, J. Teorias da Etnicidade, São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político.** Mana. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em: 14 Nov 2006.
- BAUMAN, Zigmun. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003.
- BAUMAN, Zigmun. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman;** Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed., 2005.
- CLIFFORD, James. **Sobre autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX. Org., José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ. 1998.
- COHEN, Anthony P. **The Symbolic Construction of Community.** London: Tavistock, 1985.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Etnicidade: da cultura residual, mais irredutível”** In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FUNES, Eurípedes A. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas.** In: Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. Org. João José Reis e Flavio Gomes. São Paulo: Cia. das Letras. 1996. p. 468.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- HAMPATE BÂ, A. **A Tradição Viva.** In: **História Geral da África. V. 1.** São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** In: RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo: Narrativa e identidade negra no antigo Sudeste cafeeiro.** In: Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição Ana Maria Lugão Rios, Hebe Maria Mattos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- M'BOWN, Amadou Mathar. **Introdução.** In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História Geral da África. V. 1.** São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro Americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história A problemática dos lugares**. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. nº 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15.2006.

PRICE, Richard. **Reinventado a história dos quilombos: rasuras e confabulações**. In: Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 23, 2000, p. 249.

RIBEIRO, Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável** In: Revista Brasileira de História. Vol. 26, nº 51. São Paulo. 2006.

SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SCOTT Parry e ZARUZ, George (Orgs.) **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, Valdério Santos. **Rio das Rãs à Luz da Noção de Quilombo**. Revista Afro-Ásia, n. 23, 2000, p. 271-2.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** São Paulo : Cia das Letras, 1998, p18.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Bahia: Editora Itapuã, 1969.